



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150779 - TO (2021/0232307-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : PAULO GUTTIERRE DUARTE LEITE (PRESO)
ADVOGADO : MARCONDES DA SILVEIRA FIGUEIREDO JUNIOR - TO002526
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
CORRÉU : MARCOS VINICIUS BARBOSA DE BRITO
CORRÉU : YURI CASSIO ALVES SOARES

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por PAULO GUTTIERRE DUARTE LEITE contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (HC n. 0006955-39.2021.8.27.2700).

O recorrente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática do delito previsto no art. 121, § 2º, incisos I, IV e V, c/c o art. 29, caput, ambos do Código Penal.

Sustenta a ocorrência de cerceamento de defesa, ao argumento de que foi protocolizado pelo advogado subscritor pedido de sustentação oral no Tribunal *a quo* e, *"não bastasse o julgamento do feito sem a devida sustentação oral, o pedido do causídico sequer foi apreciado pelo Relator daquele HC"* (e-STJ fl. 80), o que impõe o reconhecimento da nulidade da sessão de julgamento ocorrida em 18.02.2020.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para determinar a anulação do julgamento do HC n. 0006955-39.2021.8.27.2700. Subsidiariamente, pugna pela concessão da liberdade ao paciente em razão do excesso de prazo da custódia cautelar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O recurso não merece conhecimento.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. [...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, a, do RISTJ, não conheço
do presente recurso ordinário em habeas corpus.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência